

DEMANDAS DA POPULAÇÃO LGBTIQAPN+ PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS: DEBATES CONSUBSTANCIAIS

Matheus Andrade de Moraes¹

Silmere Alves Santos²

RESUMO

A presente pesquisa tomou como fundamento as estruturas de dominação-opressão contra a população LGBTIQAPN+ e sobre suas demandas para as políticas sociais, ou seja, visa demonstrar e analisar como essa população vivencia os processos de violências e exclusão na saúde, educação, trabalho, assistência social, previdência e formação política. Pautou-se pelo método materialista histórico dialético, utilizando as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados apontaram que esse recorte populacional é excluído, marginalizado e objetificado, sofrendo com longas filas para cirurgias de redesignação sexual para pessoas trans, expulsão escolar, preconceitos no âmbito de trabalho, entre outros, além disso, as consubstancialidades de gênero, classe, raça e orientação sexual apontam para maiores processos dentro dessas estruturas de dominação e opressão. Exemplos desses processos demonstram que a saúde da população ainda não é integrativa, escolas despreparadas para acolhimento da diversidade de gêneros e sexualidades, processos de insegurança no trabalho, necessidades alimentícias e de renda, envelhecimento sem segurança previdenciária, poucos espaços de poder nas instituições do Estado brasileiro e o país que mais mata LGBTIQAPN+ no mundo. Consequentemente, defende-se que as políticas públicas estejam atentas as diferentes demandas da população em questão, uma vez que os processos de dominação-opressão, tanto no âmbito histórico como no estrutural, recaem sobre essas pessoas. A luta por justiça social e por transformação da sociedade brasileira se devem fazer presentes, uma vez que a formação sócio-histórica é imersa no capitalismo, patriarcalismo, racismo e heterocisnormatividade.

Palavras-chave: Demandas, LGBTIQAPN+, Políticas Públicas, Consubstancialidade.

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe - UFS, mmoraes12@gmail.com;

2 Professora orientadora: pós doutora, docente efetiva do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe - UFS, silmere.alves@academico.ufs.br.

INTRODUÇÃO

As formas de dominação, opressão e exploração sociais são fundamentadas em preconceitos, reacionarismo e movimentos históricos de apagamento social. Uma das principais questões que isso acarretou ao longo dos anos na sociedade foram as exclusões sociais, uma das populações mais atingidas foi a LGBTQIAPN+ a qual perpassa por descaso, desumanização e demonização pelo simples fato de sua existência o que provoca demandas específicas para as políticas públicas do Estado.

Este presente trabalho tem como objetivos demonstrar algumas demandas da população LGBTQIAPN+ ao passo que analisa criticamente como tais são oriundas de processos discriminatórios e violentos.

É necessário apontar que cada comunidade da sigla LGBTQIAPN+ apresenta suas demandas particulares, além de que as questões apresentadas pelo nó (aquí entre classe, raça, gênero e sexualidade) da consubstancialidade especificam ainda mais singularidades desses recortes da população. O trabalho em questão buscou apontar principais urgências dessa população seguindo o princípio da totalidade, portanto, esse debate não se encerra ao final do texto, mas propõe que suas necessidades sejam questionadas para o Estado.

A síntese metodológica se baseia na visão do materialismo histórico dialético com uma abordagem qualitativa, para tal foram utilizadas pesquisas bibliográfica e documental para realizar correlação entre a realidade social já pesquisada e os campos teóricos que norteiam esse trabalho.

Os resultados apontaram para demandas de políticas de segurança da população LGBTQIAPN+ no Brasil (país que mais mata essas pessoas), bem como questões de saúde e educação, principalmente excludentes para pessoas de diferentes gêneros e/ou que realizaram suas transições sociais como nos casos das comunidades não-binárias, de travestis e transexuais. Ainda foram observadas questões de trabalho, assistência social, previdência social e no campo da formação política.

A conclusão é reflexo de um sistema e um sistema³ que exploram, dominam e oprimem a população LGBTQIAPN+. Além de apontar que suas demandas devem estar norteadas com o princípio da universalidade das políticas públicas em uma conjuntura onde existam profissionais qualificados e sem preconceitos para realizar o atendimento ético e humanizado dessas pessoas.

3 Refere-se ao sistema formado pelas pessoas cisgêneras.

Este trabalho é oriundo da pesquisa de mestrado do autor em questão sobre tensões e perspectivas entre Estado, movimento social e organizações não-governamentais voltadas par população LGBTQIAPN+. O seu financiamento é realizado pela Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE).

METODOLOGIA

A pesquisa em questão apresenta como visão orientativa o materialismo histórico-dialético o qual está atrelado ao princípio da historicidade, diálogo entre as teorias, realiza movimento crítico como análise e procura se aproximar da totalidade partindo da realidade social.

A pesquisa é exploratória onde desenvolve seus resultados apreentados em conjunto com a teoria a fim de modificar princípios do senso comum. A abordagem é qualitativa a qual abordou os seus resultados apresenando a descrição deles utilizando uma linguagem que compreende as diferentes relações sociais.

Foram utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica através de trabalhos acadêmicos como artigos científicos, dissertações e livros para estudar questões de Estado, políticas públicas, população LGBTQIAPN+ e consubstancialidade. Bem como a pesquisa documental que utilizou fontes da *internet* para colher demandas dessa população vulnerabilizada e documentos oficias de fontes secundárias do governo brasileiro e de instituições LGBTQIAPN+.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para entender a categoria de identidade de gênero é necessário defender o seu sentindo além da aparência corpórea “Sexo é biológico, gênero é social. E o gênero vai além do sexo: O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto-percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente.” (Jesus, 2012, p. 6).

Quanto “A homossexualidade era descrita como expressão do mal, demonizada, uma prática pecaminosa e antinatural, portanto, reprovável. [...]” (Oliveira, 2017, p. 128) ao observar a sexualidade como também estrutura impositiva é olhar para uma estrutura de exclusão social que também sofre os preconceitos a partir daquilo que é considerado norma social.

“A tripla constituição do sujeito-gênero, raça/etnia e classe afasta a ideia de sua unicidade. Ao contrário, ele é múltiplo e contraditório, mas não-fragmentado.” (Saffioti, 2004, p. 37), logo ao utilizar as questões de gênero deve-se entender

que esta categoria acompanha também outras desigualdades tão excludentes quanto. Nestes termos Kergoat (2010) situa que a consubstancialidade é a teoria que atrela o nó entre aqueles debates referendados por Saffioti (2004).

Destaca-se a importância de tão temática uma vez que no Brasil a sua aplicabilidade é nítida onde o escravismo, patriarcalismo, a heterocisnormatividade são estruturas que perduram na sociedade capitalista (Moraes, 2022).

Levou-se em consideração que o princípio da consubstancialidade sendo classe, raça e gênero (aqui acrescentou-se sexualidade) são relações sociais com dinâmicas históricas baseadas em um feminismo materialista (Garcia, 2022). Ao nortear essa pesquisa com a teoria consubstancial a tradição marxista não exclui outras questões relacionais como por exemplo capacidade, etnias, geração, entre outros, mas sim, coloca na centralidade do seu referencial aquele nó das bases do sistema de dominação-opressão.

Aponta-se que para entender como o país lida com essas questões em sua conjuntura estatal foi levado em consideração que o Estado é o braço da burguesia que controla os antagonismos das classes como forma de subserviência, é através do meio jurídico que esse ente provoca legitimação através da violência para realizar as próprias configurações de um complexo tecido social (Mascaro, 2013; Carnoy, 1988), nesse engendramento acontece a funcionalidade estatal que explora, domina e oprime as populações que são suas bases estruturais.

Portanto as políticas públicas consideradas nesse texto foram oriundas desse Estado neoliberal que perpassa por disputas de dominação e poder enquanto que relega para a população, dominada e vulnerabilizada, favores sociais. Para Behring e Boschetti (2006) as políticas sociais são decorrentes de intensas lutas e pressão da classe trabalhadora. No caso para a população LGBTQIAPN+ tais políticas são ainda mais difíceis de serem planejadas, executadas, acompanhadas e avaliadas, uma vez que a formação social brasileira é imersa na conjuntura preconceituosa e hegemônica do ultraconservadorismo.

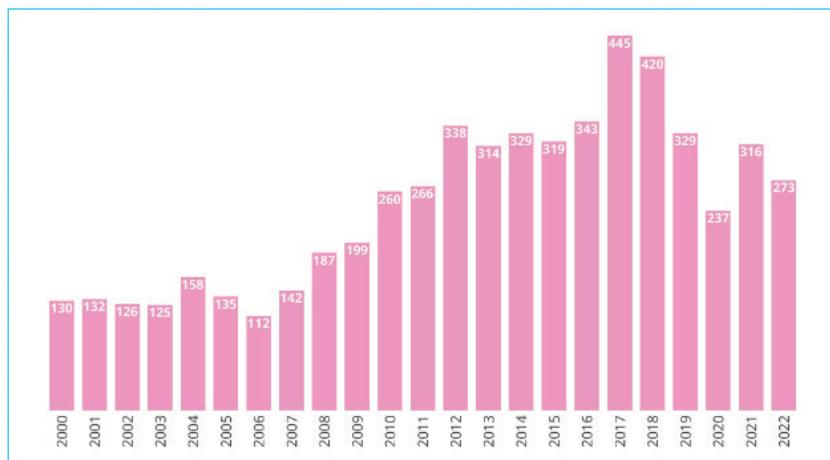
RESULTADOS E DISCUSSÃO

A mais urgente dessas demandas da população LGBTQIAPN+ são as questões de violências uma vez que sejam elas explícitas e/ou implícitas resultam em alarmantes casos diariamente expostos.

As violências contra a população LGBTQIAPN+ revelam que o Brasil é imerso na heterocisnormatividade, isso quer dizer que é regido por regras sociais estabelecidas pelas estruturas heterossexuais e cisgêneras. Essas questões também estão acompanhadas por outras formas de dominação e opressão características

do patriarcalismo, do racismo, do capacitismo entre outras, presentes nas relações sociais, ou seja, as relações de pessoas entre si aprofundam preconceitos.

Gráfico 1 Número de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil entre 2000 e 2022



Fonte: Acontece LGBTI+, Grupo Gay da Bahia, Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil, 2022

No gráfico acima se evidencia uma oscilação nos números ao longo dos anos, porém, constata-se um crescimento em relação aos primeiros anos de contagem. É perceptível que entre os anos de 2017 e 2018 os índices apresentam salto quantitativo, durante esse período a conjuntura brasileira estava se formando para um ultraconservadorismo.

É necessário destacar também os casos subnotificados os quais nem sempre são tratados como crimes contra pessoas LGBTQIAPN+, uma vez que ao chegarem no Instituto Médico Legal (IML) é levado em consideração a identificação das documentações oficiais os quais nem sempre estão retificados e/ou familiares informam as identidades de gênero. Ao passo que as delegacias especializadas nem sempre contabilizam os crimes contra as comunidades vulnerabilizadas⁴.

Quanto às demandas de saúde para LGBTQIAPN+ a literatura e a vivência da militância apontam uma atenção centralizada quanto às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Cardoso e Ferro (2012) informam que as infecções mais apontadas para as mulheres lésbicas e bissexuais são: Papilomavírus Humano (HPV), herpes genital e tricomoníase. Enquanto a pesquisa de Mello (2014) ressaltou

⁴ A utilização do termo “vulnerabilizadas” se dá pelo fato de que “vulneráveis” pode ser interligada à populações que se vitimizam. Enquanto que “vulnerabilizadas” aponta e demonstra que essas pessoas tem suas potencialidades, resistências e existências que antecedem quaisquer violência, logo, uma população que perpassa por contextos violentos que a torna mais suscetível à violações de direitos.

que para alguns (algumas) profissionais sequer interligam as possibilidades de infecção por IST's com a comunidade lésbica, uma vez que, erroneamente, quando pensam no ato sexual imaginam que existe a necessidade de penetração, consequentemente isso esconde os dados estatísticos reais, bem como o trabalho de prevenção.

Para os homens gays e bissexuais existe uma vinculação direta com o vírus HIV/AIDS uma vez que historicamente é a comunidade que sofreu com vítimas fatais e ainda permanece nos grupos de riscos, além de uma abrangência de fatores de riscos de suicídio e dependência em álcool e outras drogas (Cardoso; Ferro, 2012).

Porém, é para a população de pessoas travestis e transexuais que as questões de saúde se tornam mais complexas, uma vez que apresentam maiores demandas. Uma das mais comuns é a disforia de gênero ou incongruência de gênero, a qual é resultante de um conflito interno entre os gêneros (e seus papéis) atribuídos aos (as) seus (as) corpos (as) no nascimento físico e como se entendem enquanto outros gêneros ou não gêneros.

“Geralmente, transexual procura os serviços de saúde da rede pública por apresentar o desejo de realizar a cirurgia de transgenitalização.” (Cardoso; Ferro, 2012, p. 560) sendo essa uma outra demanda existente uma vez que existem longas filas para cirurgias de redesignação de gênero pelo não reconhecimento do próprio corpo.

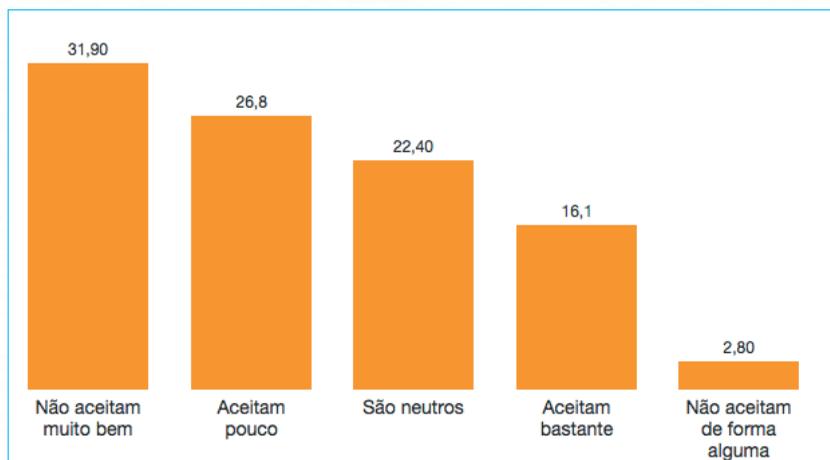
Um terceiro ponto são as questões de trabalho, ora, uma vez estando à marginalização do trabalho sexual estão mais vulnerabilizadas (os) a contrair ISTs. Para o Ministério da Saúde é uma das comunidades que faz parte dos grupos prioritários na prevenção dessas infecções (Brasil, 2013) pelo fator de exposição constante por conta do trabalho sexual.

A saúde mental é uma área que abarca consigo uma problemática mais densas para a população LGBTQIAPN+. A TODXS (2022) demonstrou em pesquisa que os transtornos que mais acometem essa população são: depressão e transtorno de ansiedade. Em Moraes (2019) a prevalência na sua pesquisa também reforçou esses dados, acrescidos à autolesão. Ora, uma vez constatado tais fatos é necessário abranger os serviços públicos de saúde mental para esta população de forma pública e qualificada.

Um outro debate importante a ser realizado diz respeito às demandas educacionais para a população LGBTQIAPN+ uma vez que a escola é um dos primeiros ambientes socioculturais da infância, sendo assim, um espaço de desenvolvimento psicossocial. É neste ambiente que as relações sociais entram em acordo

ou conflito com a educação familiar, bem como, pode ser um local de marginalização ou acolhimento, verifica-se a figura abaixo:

Gráfico 2 - Grau de aceitação das pessoas LGBTQIAPN+ por estudantes na educação, no Brasil, em 2015



Fonte: Pesquisa Nacional sobre estudantes LGBT e o ambiente escolar, realizada em 2015 pela AGLBT, Todo Mejora, GLSEN

O percentual de pessoas que não aceitam muito bem LGBTQIAPN+ no ambiente escolar representa a maior taxa dentre as outras, o que piora o índice são as segunda e terceira taxas que se agregam numa proximidade ao primeiro uma vez que tendem a perpetuar preconceitos ao se silenciarem ante as violências cometidas. O silêncio ensurdecedor da população que se diz apoiadora das pautas identitárias é tão perverso quanto os gritos dos violentos.

Os resultados da “Pesquisa Nacional por amostra da População LGBTI+: identidade e perfil sociodemográfico” demonstraram que dentre 15153 LGBTQIAPN+ entrevistadas (os, es) 67,28% revelaram que esconderam ser desta população durante o período do ensino básico (TODXS, 2020). O ato de esconder a própria identidade e tentar performar uma heterocisnormatividade reforçam que a própria vida escolar se encontra ameaçada seja diretamente (no ato de violentar) ou indiretamente (através da exclusão do convívio social). O próprio espaço físico das dependências escolares é evitado, mas principalmente locais como os banheiro.

A realidade trabalhista revela um alto índice de desemprego ou possibilidade de desemprego para população LGBTQIAPN+. Para as pessoas que estão empregadas muitas das vezes resta a performance diária de se passar pela heterocisnormatividade, assim como acontece no ambiente escolar, para manter na empregabilidade. Chama-se atenção também para o percentual de empresas que

não contratariam LGBTQIAPN+, e/ou que não colocaria essas pessoas em cargos de chefia, o que revela uma discriminação por estigmas de não possuir habilidades para trabalhar em cargos de poder.

As demandas da população LGBTQIAPN+ para a assistência social são imbricadas na lógica da renda básica, mas também abarcam processos familiares cruciais os quais nem sempre a literatura ressalta. Quando a Política Nacional da Assistência Social (PNAS) situa a matricialidade familiar ressaltando as diferentes formas de família, inclusive as unilaterais, está abarcando e garantindo essas pessoas acesso à essa política pública quando dela necessitar.

Inicialmente a ordem capitalista excludente provoca questões classistas que dificultem a saída da marginalização social e coloque essa população imersa na vulnerabilidade econômica. Esse fator é proporcionado pelas necessidades trabalhistas das quais quando não oportunizam vagas de emprego por questões de discriminação coloca LGBTQIAPN+ na linha das necessidades assistenciais.

A garantia dos direitos à alimentação, renda e fortalecimento de vínculos deve passar pela Proteção Social Básica (PSB) a fim de que questões de preconceito familiares destituam famílias que já vivem nas necessidades da assistência social. Porém, nem todas os arranjos familiares perpassam pela pobreza, existem os casos de preconceitos intrafamiliares de rendas consideráveis e a expulsão de casa empurra LGBTQIAPN+ para essa política social, para focar em tais questões o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/ LGBT) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) lançaram em 2018 a resolução conjunta de número 01/2018 que estabelece parâmetros de atendimentos socioassistencial da população.

Sobre o direito à previdência social Mello, Irineu, Froemming e Ribeiro destacam: “Nos documentos específicos que regem as áreas em análise, destaca-se o pioneirismo da Instrução Normativa nº 50/2001, do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), que regula a concessão de benefícios previdenciários para companheira/o homossexual.” (2013, p. 136) apenas em 2001 o INSS reconheceu explicitamente, direito a partir de uniões homoafetivas.

Um ponto chave para observar os enfrentamentos dessas demandas é a participação política. É durante a ditadura militar de 1964 que iniciou o movimento LGBTQIAPN+ no Brasil, uma vez que os contextos de efervescência dos movimentos sociais eclodiram em árduas lutas neste período. Dois marcos importantes são o lançamento do jornal “Lampião da Esquina” e o grupo SOMOS que era um coletivo de afirmação homossexual.

As reivindicações atravessam as eras passando pelas diferentes fases do movimento LGBTQIAPN+, as paradas do orgulho LGBT, institucionalização de políticas voltadas para a população até a contemporaneidade. Tais disputas contra os poderes hegemônicos foram capazes de organizar, processar identidades e reivindicar junto à sociedade política de grupos dominados (ALVES, 2016).

Participação política deturpa os poderes hegemônicos e criam neles crises estruturais ao organizar cidadãos (os, es). A movimentação da população LGBTQIAPN+ se inicia nas ruas junto aos grupos de coletividade, perpassando pela epidemia HIV/AIDS, institucionalização de lideranças políticas na estrutura do Estado, até a ocupação de cargos no legislativo a partir das eleições.

Segundo o site da CNN Brasil uma pesquisa realizada em 2022 o número de candidaturas LGBTQIAPN+ no Brasil cresceu em 94% em relação a 2018, elegendo inclusive duas mulheres trans como deputadas federais. Os espaços de poder de tomadas de decisões políticas são disputados pelas representações de diferentes contextos sociais como a bancada evangélica, bancada ruralista, movimentos de esquerda, a extrema direita, entre outros grupos. Logo na figura abaixo é possível identificar quantitativos de eleições.

Ao identificar algumas das principais demandas da população LGBTQIAPN+ no Brasil observou que o Estado muitas urgências a dar conta e responder para essas pessoas através das políticas públicas como meio de garantir as suas vidas. Por outro lado, a formação das relações sociais no país, principalmente enquanto políticas estatais, é marcada pela ausência de compromisso com quaisquer defesa dos direitos do cidadão (Behring; Boschetti, 2006).

[...] Condições de vida, relações sociais de gênero e sua transversalidade nas políticas sociais, condições e formas do uso da força de trabalho compõem um sistema no seio do qual seus diferentes elementos se reforçam reciprocamente, de forma mais ou menos intensa, e constituem-se eixos por onde se intensifica a disseminação de desigualdades, abrangendo as principais questões a ser enfrentadas pelas políticas públicas (Chaves; Gehlen, 2019, p. 298)

Tais desigualdades sociais também estão presentes na cultura LGBTQIAPN+-fóbica da sociedade brasileira, portanto, resguardar direitos sociais através das execuções das políticas públicas são formas de defender a pessoas que estão sendo massacradas pelas violências e apagadas da histórica. A preocupação em criar novas políticas públicas para pessoas LGBTQIAPN+ surge desse embate de relações sociais de gênero, entre outros, para que se possa constituir transversalidade entre as políticas.

Pensar em políticas públicas com movimento crítico e revolucionário é também entender que suas estratégias e ações não são o ponto final, mas uma mudança estrutural no sistema heterocisnormativa, onde se abarque questões de classe, raça, gênero e sexualidade em um nó único, para tal, a crítica deve vir atrelada à consubstancialidade onde Garcia (2022) apontou que na visão do materialismo histórico-dialético existem tensões nas relações sociais que historicamente estão em constante dinâmica.

No que se refere à política social, entende-se que seu objeto são as condições de vida de diferentes classes e grupos sociais. Neste sentido, a política social pode ser definida como o campo de relações e de práticas organizadas pelo Estado. Em seu interior ocorre a disputa pela construção ideológica das condições de vida — e especialmente o trabalho e as necessidades básicas — como assunto público ou como assunto de particulares (Chaves; Gehlen, 2019, p. 298).

Um dos grandes desafios para aquela criação de novas formas de Estado são as disputas ideológicas que muitas das vezes cerciam e faz continuar a omissão estatal perante tais demandas. Se não atrapalham no campo dos direitos sociais assegurados pela constituição, atravessam através do campo orçamentário e implicam em um nível macro a aplicabilidade da saúde, educação, assistência social, etc.

“[...] A consubstancialidade, em termos materialistas, entende que os grupos não estão dados de antemão, mas são produzidos em torno da tensão das relações sociais [...]” (Garcia, 2022, p. 115). Pensar em políticas públicas a partir das relações sociais de classe, raça, gênero e sexualidade é construir uma nova forma contra hegemônica onde direitos sociais sejam assegurados, exista orçamento público para a execução das políticas e uma nova ordem societária que se abandone os valores ultraconservadores, capitalistas, patriarcais, racistas e heterocisnormativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recorrer à teoria da consubstancialidade para transformar Estado e sociedade é abarcar novas lógicas perante às classes dominantes que violentam e seguem apagando a população LGBTQIAPN+. Reintera-se que as instituições estatais tem o dever de garantir na vida material acesso aos direitos sociais através das políticas públicas, porém, isso não será possível se a conjuntura neoliberal estiver em vigência.

A complexa reprodução social entre raça, classe, gênero e sexualidade, além de outras categorias que formam a teia de complexidade social devem nortear as

políticas intersetoriais. Sendo complexa, as práticas das relações sociais devem apontar para novos horizontes sendo destituídas de exploração, dominação e opressão. No cotidiano isso se reflete em atendimentos humanizados, especializados e de referência social para as pessoas LGBTQIAPN+.

O campo hegemônico só irá regredir a partir das lutas e pressão do movimento social para enfrentar a barbárie ideológica e infundada da burguesia ultraconservadora e LGBTQIAPN+fóbica. Para tal novas condições de vida devem ser formadas com aparatos progressistas e baseadas nos direitos humanos.

AGRADECIMENTOS

Os devidos agradecimentos ao fomento enquanto bolsa de mestrado para a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE) que contribui para que tais estudos continuem sendo realizados de forma remunerada.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. S. **Movimento LGBT, participação política, e hegemonia**. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, 123 Bisseuxais, Travestis e Transexuais – LGBT/** Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: DF, 1. ed., 1. reimp. 2013. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf Acesso em: 24 ago. 2023.

CARDOSO, M. R.; FERRO, L. F. Saúde e População LGBT: demandas e especificidades em questão. In: **Psicologia: ciência e profissão**, 32 (3), p. 552-563, Brasília, 2012.

CARNOY, M. **Estado e Teoria Política**. 2ªed. São Paulo, Papius, 1988.

CHAVES, H. L. A.; GEHLEN, V. R. F. Estado, políticas sociais e direitos sociais: descompasso do tempo atual. **Serviço Social e Sociedade**, n. 135, p. 290 – 307, São Paulo, 2019.

GARCIA, A. K. de O. Interseccionalidade ou Consustancialidade: faz diferença para pensar a diferença? **Revista Novos Rumos Sociológicos**, vol. 10, nº 18, Pelotas, 2022.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. 1. ed. Goiânia: Ser-Tão – Núcleo de estudos e pesquisas em gênero e sexualidade/ UFG, 2012.

KERGOAT, D. Dinâmica e consustancialidade das relações sociais. **Novos estudos**. CEBRAP, 86, março 2010, p. 93-103. São Paulo, 2010.

MASCARO, A. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELLO, L.; IRINEU, B. A.; FROEMMING, C. N.; RIBEIRO, V. K. Políticas públicas de trabalho, assistência social e previdência social para a população LGBT no Brasil: sobre desejos, realizações e impasses. **Revista de Ciências Sociais**, v. 44, n. 1, jan/jun, Fortaleza, 2013, p. 132-160

MELLO, A. P. L. Programa da Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais: um olhar a partir do discurso de profissionais de saúde da família. In: **Atenção Integral à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais**. Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Brasília, 2014.

MORAES, M. A. de. **Relatório de Estágio Supervisionado em Serviço Social**. Relatório de Estágio (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

MORAES, M. A. de. **Costurando Resistência**: saúde mental da população LGBTQI+ atendida na CasAmor de Aracaju/SE. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS LGBTI+ NO BRASIL. **Dossiê 2022: Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil**. Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação

Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). – Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023.

OLIVEIRA, M. R. G. de. **O diabo em forma de gente**: (r)existências de gays afe-minados, viados e bichas pretas na Educação. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SAFFIOTI, H. I. B. Diferença ou Indiferença: gênero, raça/etnia, classe social. GODI-NHO, T; SILVEIRA, M. L da (Org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, p.35-42, 2004.

TODXS. **Pesquisa Nacional por amostra da População LGBTI+**: identidade e perfil sociodemográfico. Brasília, 2020.

TODXS. **Pesquisa Nacional por Amostra da População LGBTI+**: saúde. Brasília, 2022.